

Ano 11, Vol XXII, Número 2, jul-dez, 2018, Pág. 121-148.

OS SENTIDOS DO TRABALHO CAMPONÊS NA PRODUÇÃO DE TABACO: SUBMISSÃO NOS MARCOS DA AGRICULTURA CAPITALISTA

Marcela Pereira Rosa

Bernardo Parodi Svartman

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo refletir sobre os sentidos atribuídos ao trabalho por camponeses produtores de tabaco. Partimos dos pressupostos da Psicologia Histórico-Cultural, centrando-nos nas contribuições de Lev Vygotski. As estratégias metodológicas adotadas na investigação da temática foram a realização de observações participantes e de entrevistas semiestruturadas com três famílias produtoras de tabaco no Estado do Paraná. Na discussão apresentada buscamos ressaltar a maneira pela qual, nos marcos do modo de produção capitalista, o trabalho na fumicultura aparece fortemente marcado pelas relações estabelecidas entre a indústria e a agricultura, estando o trabalho e os trabalhadores subjugados ao capital. O trabalho, atividade vital do ser social, constitui-se como mero meio de sobrevivência e seu sentido fica restrito à renda que ele gera com a venda da mercadoria produzida. Como resultado, temos que os sentidos atribuídos ao trabalho se tornam alienados e alienantes. Apontamos que a superação dessa condição em direção à constituição do trabalho como atividade verdadeiramente emancipadora, está diretamente ligada à superação do próprio modo de produção capitalista.

Palavras-chave: sentido; trabalho; campesinato; tabaco; psicologia histórico-cultural

LOS SENTIDOS DEL TRABAJO CAMPESINO EN LA PRODUCCIÓN DE TABACO: SUMISIÓN EN LOS MARCOS DE LA AGRICULTURA CAPITALISTA

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo reflexionar sobre los sentidos atribuidos al trabajo por campesinos productores de tabaco. Partimos de los presupuestos de la Psicología Histórico-Cultural, centrándonos en las contribuciones de Lev Vygotski. Las estrategias metodológicas adoptadas en la investigación de la temática fueron la realización de observaciones participantes y de entrevistas semiestruturadas con tres familias productoras de tabaco en el Estado de Paraná. En la discusión presentada buscamos resaltar la manera en que, en los marcos del modo de producción capitalista, el trabajo en el cultivo del tabaco aparece fuertemente marcado por las relaciones establecidas entre la industria y la agricultura, estando el trabajo y los trabajadores subyugados al capital. Como resultado tenemos que los sentidos atribuidos al trabajo se quedan alienados y alienantes. El trabajo, actividad vital del ser social, se constituye como mero medio de supervivencia y su sentido queda restringido a la renta que él genera con la venta de la mercancía producida. Señalamos que la superación de esa condición hacia la constitución del trabajo como actividad verdaderamente emancipadora, está directamente ligada a la superación del propio modo de producción capitalista.

Palabras clave: sentido; trabajo; campesinado; tabaco; psicología histórico-cultural

THE SENSES OF PEASANT LABOR IN TOBACCO PRODUCTION: SUBMISSION IN THE LANDMARKS OF CAPITALIST AGRICULTURE

ABSTRACT : This article aims to reflect about the senses attributed to work by peasants who produce tobacco. We start from the assumptions of Historical-Cultural Psychology, focusing on the contributions of Lev Vygotsky. The methodological strategies adopted in the investigation of the subject were the realization of participant observations and semistructured interviews with three tobacco producing families in the State of Paraná. In the discussion we emphasize the way in which the work in tobacco production is strongly marked by the relations established between industry and agriculture, being labor and workers subjugated to capital, in the landmarks of the capitalist mode of production. As a result we have the senses attributed to work become alienated and alienating. Work, the vital activity of the social being, constitutes a mere way of survival and its senses is restricted to the income it generates by the sale of the commodity produced. We point out that overcoming this condition towards the constitution of labor as a truly emancipatory activity is directly linked to the overcoming of the capitalist mode of production.

Keywords: sense; work; peasantry; tobacco; historical-cultural psychology

Introdução

A agricultura brasileira no modo de produção capitalista tem como uma de suas principais características a incidência cada vez maior da indústria sobre o campo. A partir da consolidação da indústria urbana, o modo de produção capitalista veio avançando sobre o campo através da industrialização da agricultura, aprofundando a substituição do fazer camponês por um modelo de agricultura tecnificado, em que impera a monocultura, o uso de insumos químicos, de agrotóxicos e a exploração predatória da terra, da natureza e do trabalho humano. Tais aspectos conformam o quadro em que se dão as relações de trabalho no campo, temática central à discussão aqui proposta.

As reflexões apresentadas neste artigo têm no referencial marxista seu aporte teórico, que dá respaldo à compreensão dos conceitos de *trabalho* e de *campesinato*. Alinhamo-nos com aqueles autores que entendem o campesinato enquanto classe social. Compreendemos que os trabalhadores camponeses constituem uma classe que produz e reproduz econômica, social, política e culturalmente um determinado modo de vida, que, ao mesmo tempo em que engendra valores que são compartilhados por grande parte daqueles que a integram, constitui-se de maneira heterogênea e assim deve ser compreendida, em suas singularidades.

Para Marques (2008), o campesinato possui uma organização da produção baseada no trabalho familiar e no uso como valor, sendo que trabalho, família e terra constituem valores nucleares intimamente ligados. Reconhecer tais especificidades não implica, no entanto, negar as diversas formas de subordinação às quais o campesinato pode estar submetido, nem a multiplicidade de estratégias por ele adotadas, as quais podem conduzir tanto a um “descampesinamento”, quanto à sua reprodução enquanto camponês. O campesinato é caracterizado por uma organização social específica que apresenta, ao mesmo tempo, uma relação de subordinação e de estranhamento com a sociedade capitalista, ora servindo aos interesses capitalistas, ora lhes sendo contraditória. Como lembra Bombardi (2003), a análise do campesinato enquanto classe social não significa ter um entendimento de que essa classe é autônoma e não está sujeita ao capitalismo. Ao contrário, os camponeses compõem as chamadas classes subalternas e sofrem a exploração nessa relação com o capital. Assim, o campesinato deve ser entendido como classe social historicamente explorada e oprimida no contexto da sociedade capitalista (MARTINS, 1981).

Em relação ao conceito de *trabalho*, o compreendemos como condição fundamental à existência do homem, constituindo-se em categoria ontológica central no desenvolvimento do gênero humano. Seguindo as definições marxianas, o trabalho consiste em um processo no qual o homem regula, medeia e controla por sua própria ação o seu metabolismo com a natureza. Enquanto atividade de autodesenvolvimento e autorrealização da existência humana, através do trabalho, o homem, ao se apropriar dos elementos da natureza, imprime-lhes forma útil e produz valores de uso em um processo no qual transforma a natureza e a si mesmo (MARX, 1867/2013). O trabalho constitui, assim, uma prática especificamente humana e social, fundamentalmente determinada e determinante do conjunto das forças produtivas e das relações de produção de uma dada sociedade. Enquanto criador de valores de uso e forma de intercâmbio entre o ser social e a natureza, o trabalho é central à constituição da sociabilidade humana.

A esse respeito cabe destacarmos as colocações de Lukács (1979) em *Ontologia do ser social*. Ao articular as dimensões objetivas e subjetivas, o autor trata da subjetividade como um momento constitutivo da práxis social a partir de uma inter-relação entre a esfera do sujeito e a atividade de trabalho. Nas palavras de Antunes (2006), em Lukács (1979) os vínculos entre subjetividade e trabalho são indissolúveis,

pois junto ao ato teleológico, intrínseco ao ato laborativo, o trabalho fez nascer a própria subjetividade. Assim, “o trabalho, como momento fundante da própria subjetividade humana, por meio da contínua realização das necessidades humanas, da busca da produção e reprodução da sua vida societal, da gênese da própria consciência do ser social, mostra-se como elemento ontologicamente essencial e fundante” (ANTUNES, 2006, p.161). O trabalho, portanto, constitui-se como categoria indispensável à compreensão do desenvolvimento humano e da formação do psiquismo, motivo pelo qual destacamos a importância das investigações acerca do trabalho no âmbito dos estudos psicológicos.

Buscando endossar o corpo de produções críticas que têm por foco o estudo do trabalho, bem como contribuir com as discussões a respeito do campesinato no âmbito da Psicologia, nosso objetivo no presente artigo é refletir acerca dos sentidos atribuídos ao trabalho por camponeses que produzem tabaco. A discussão apresentada é parte da investigação realizada em nossa pesquisa de mestrado¹ e o referencial teórico por nós adotado é o da Psicologia Histórico-Cultural, cujas bases encontram-se no materialismo histórico dialético de Marx.

Centrando-nos nas contribuições de Lev Vygotski, compreendemos que os *sentidos* consistem em uma formação dinâmica, variável e complexa que nos revela o que um dado conteúdo ou aspecto da realidade significa para o sujeito, variando, portanto, de acordo com a interpretação de mundo e a estrutura interna da personalidade (VYGOTSKI, 1934/2014). Assim, acreditamos que o emprego do conceito de sentido como unidade de análise nos estudos acerca do trabalho nos permite olhar para os aspectos aí implicados a partir da perspectiva dos próprios trabalhadores, atentando, no nosso caso, para o sentido que as condições objetivas, que estruturam e dão forma às relações de trabalho no campo, têm para os próprios camponeses.

Os caminhos da investigação: método e metodologia

Na realização deste estudo nos apoiamos no método materialista histórico dialético, o qual orientou as questões de investigação e os procedimentos metodológicos e analíticos adotados. Partindo das recomendações de Vigotski (2015) sobre a

¹ A pesquisa teve como objetivo investigar quais os sentidos atribuídos ao trabalho por camponeses que implementaram a diversificação da produção do tabaco para a agroecologia.

investigação dos fenômenos psicológicos, buscamos investigar os sentidos atribuídos ao trabalho compreendendo-os como um processo, visando a explicação do fenômeno investigado, para além de sua mera descrição. A exigência do método dialético, como afirma o autor, é estudar o fenômeno em movimento: só o movimento demonstra o corpo que existe. Esse tipo de análise procura desvelar a *essência* dos fenômenos psicológicos ao invés de suas características perceptíveis. É preciso, pois, extrair suas múltiplas determinações, compreendendo o objeto como *totalidade* e não como uma somatória de partes, investigando suas inter-relações dentro de um sistema.

As estratégias metodológicas adotadas na investigação contaram com a observação participante do cotidiano de trabalho de três famílias produtoras de tabaco no município de Rio Azul, no Estado do Paraná, e a realização de entrevistas semiestruturadas com os trabalhadores dessas famílias. A primeira família era formada por Edinéia², de 31 anos, e Valdir, de 33. A segunda família era composta por Penha, de 41 anos e Omar, de 47. O casal tinha cinco filhos, dos quais três residiam com eles: Henrique, de 22 anos; Júlio, de 12 e Guilherme, de 3 anos. Além deles, Edivan, de 20 anos e Milena, 18, não moravam mais com a família. A terceira família, assim como a primeira, era formada por um jovem casal, Juliana, de 24 anos e Felipe, de 28.

A realização da observação participante constituiu-se como uma importante etapa da pesquisa na medida em que possibilitou compreender como estruturava-se a atividade de trabalho e o cotidiano das famílias, quais eram as condições objetivas em que ocorria essa atividade e como, a partir daí, formavam-se as condições subjetivas. No percurso da investigação, as observações precederam a realização das entrevistas semiestruturadas, pois compreendemos, como nos indica Gonçalves Filho (2003), que as entrevistas devem basear-se em muitas observações e conversas para só então realizar-se o recolhimento dos depoimentos. Além de fornecer subsídios para a elaboração do roteiro de entrevista, a convivência com as famílias durante as observações possibilitou a construção de vínculos que favoreceram sua realização.

Em uma primeira etapa, as três famílias foram acompanhadas por um período de três semanas durante o mês de fevereiro de 2017, com o intuito de conhecermos seu cotidiano de trabalho. Nessa etapa fizemos uso do diário de campo, cujas anotações serviam de base para a produção de relatos estendidos, escritos ao final de cada dia de

² Os nomes apresentados são fictícios.

observação. Ao final desse período foram realizadas as entrevistas. Em um segundo momento, no mês de setembro do mesmo ano, retornamos a campo durante um breve período de três dias, a fim de aprofundar questões a partir de novas entrevistas semiestruturadas.

Através da análise dos dados buscamos desvelar quais eram os sentidos atribuídos ao trabalho pelos camponeses que participaram da pesquisa e quais eram os determinantes desse processo. Como aponta Paulo Netto (2011), o movimento de análise inicia-se pelo real e pelo *concreto*, que surgem ao pesquisador como dados. Através da análise os elementos são abstraídos, isolando determinada parte do conjunto no qual ela está inserida, progressivamente chegando a conceitos e abstrações que remetem a determinações mais simples. É nesse processo de *abstração* que surgem as categorias de análise, determinadas *a posteriori*, ao longo do estudo e a partir dos próprios dados encontrados, permitindo que a realidade mesma conduza a análise a ser feita.

O processo de abstração teve início a partir da leitura intensiva de todo o material coletado, a saber, a transcrição das entrevistas, as anotações do diário de campo e os relatos estendidos. Em um primeiro momento, buscamos organizar o conteúdo concreto de nosso objeto de pesquisa, implementando a descrição da realidade do trabalho das famílias. Essa organização do *concreto real* nos permitiu extrair as categorias abstratas a serem empregadas na análise. Dentre as principais categorias identificadas, destacamos para os fins da discussão aqui proposta, as de *trabalho abstrato*, *trabalho concreto*, *alienação*, *consciência e vivência*. Tais categorias nos serviram como mediadoras no processo de análise dos dados e, como veremos na discussão, nos permitiram avançar na compreensão do processo de atribuição de sentidos ao trabalho camponês.

Seguindo no processo de análise, efetuada a abstração, é necessário fazer o caminho inverso, até que se chegue novamente ao todo, que passa a ser um todo organizado, uma totalidade de determinações e relações diversas. Através do processo de *concreção* é possível chegar à integralidade do objeto. Esta etapa consiste no movimento pelo qual o pensamento vai capturando um número cada vez maior de determinações do objeto, fazendo emergir um *concreto pensado* cada vez mais rico.

Esse movimento de análise nos permite ir da *aparência* do fenômeno estudado, ou seja, do real tal como se apresenta a nós num primeiro momento, até sua *essência*, que não está dada de maneira explícita em sua manifestação sensível e não se revela de imediato. Como coloca Kosik (1976), essa essência só pode ser apreendida através do movimento de abstração via pensamento teórico, que permite desvelar o funcionamento da realidade, sua estrutura e dinâmica, suas mediações e contradições internas.

Foi seguindo tais pressupostos que empreendemos nossa análise, em acordo, ainda, com as colocações de Pasqualini e Martins (2015), para quem a pesquisa psicológica deve desvelar as determinações *particulares* e *universais* que incidem sobre o indivíduo e condicionam sua existência *singular*³. Nesse sentido, a análise deve ser capaz de “decodificar, na singularidade do indivíduo, aspectos sociais do seu tempo histórico e de suas condições objetivas de vida, apreendendo-o como indivíduo particular representante do gênero humano” (p.368).

Trabalho e vida na fumicultura: relações entre a indústria capitalista e o campo no sistema de integração

A região Sul do Brasil é a responsável pela maior parte da produção de tabaco no país, totalizando 98% da produção na safra de 2016/2017 (AFUBRA, 2017). No Paraná a produção concentra-se na região Centro-Sul, seguida das regiões Sudoeste e Metropolitana de Curitiba (BONATO, 2007). Nessas regiões a produção de fumo se dá, em sua maior parte, em pequenas propriedades que fazem uso do trabalho familiar e eventuais contratações no período da colheita. Segundo dados da Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra) sobre a distribuição fundiária na fumicultura, temos que 63,7% do total de famílias possuem menos de 10 hectares, sendo que dessas, 28,1% não possuem terras – são as famílias que trabalham em sistema de parceria (AFUBRA, 2016).

A produção do tabaco ocorre através do sistema de integração. Nele a indústria garante aos fumicultores o fornecimento das sementes, dos fertilizantes e agrotóxicos (o chamado pacote tecnológico) a serem utilizados, o financiamento para a construção das estufas, assistência técnica e o transporte do tabaco produzido desde a propriedade

³ Uma análise pormenorizada das categorias singular, particular e universal pode ser encontrada em Lukács (1970 e 1979).

familiar até à empresa. Em contrapartida, os fumicultores garantem de forma integral e exclusiva a venda de sua produção à empresa integradora, produzindo o volume de fumo contratado. O custo da aquisição do pacote tecnológico junto à empresa é descontado posteriormente do valor a ser pago às famílias pelo fumo produzido no final da safra. Esse sistema é formalizado através do “contrato de compra e venda do fumo em folha”, firmado entre os produtores e as fumageiras.

O processo de produção do tabaco envolve uma série de etapas. O cultivo é iniciado entre os meses de junho e julho, quando as sementes são semeadas em bandejas. Quando as mudas estão com aproximadamente duas folhas, é realizada a chamada repicagem, que consiste em redistribuir nas células das bandejas aquelas mudas que crescem juntas. As mudas ficam nas bandejas por volta de três meses, até serem transferidas para a lavoura, onde continuam crescendo até que as folhas estejam prontas para serem colhidas. Antes da colheita é feito o processo de quebra das ponteiros, que consiste em quebrar as flores que brotam no topo da planta para que as folhas continuem crescendo. A colheita e a secagem das folhas ocorrem entre os meses de dezembro e fevereiro. Terminada a secagem, as folhas são classificadas e enfardadas para serem entregues às empresas.

Todo esse processo, desde o cultivo das mudas nas bandejas até a colheita, envolve o uso intensivo de agrotóxicos, o que gera uma série de malefícios à saúde dos trabalhadores, tema frequente nos relatos das famílias entrevistadas, como podemos ver no seguinte trecho das entrevistas:

Edinéia: Eu vou quebrando [a ponteira da planta], pego uma luva e vou quebrando e o Valdir vai com a máquina de veneno, ponhando veneno, cheirando aquele veneno. Pense numa dor de cabeça que dá o cheiro desse veneno.

Valdir: O Prime e aquele outro que vai no canteiro são faixa vermelha, que são os mais forte. E dá uma dor, uma dor de cabeça. O cheiro dele dá dor de cabeça.

Edinéia: E dá fome, a cada passo eu tenho que tá comendo, porque dá uma gastura no estômago.

Valdir: Eu ia passar veneno e sempre passava mal.

As etapas da colheita e secagem eram tidas pelas famílias como as mais penosas em todo o processo de produção. As altas temperaturas do verão e a exposição contínua ao sol tornavam o intenso trabalho na colheita profundamente cansativo. Por outro lado,

os dias de chuva eram outro agravante, já que a nicotina presente nas folhas, por ser hidrossolúvel, é facilmente absorvida pela pele em contato com a água, o que pode provocar dores de cabeça, náuseas, tonturas, vômito e fadiga, a chamada Doença da Folha do Tabaco Verde. Felipe relata:

O problema é mais quando é época de colheita, o resto até que é tranquilo. A parte da colheita que é mais complicado por causa da questão... chove, molha, você tem que tá se protegendo. Mas é tudo fase. Tem uma fase que é mais tranquilo, uma fase que é mais complicado. Que nem agora, é uma fase que é mais tranquilo, vai classificar, aí vender. Tem umas fase que é bem crítica, a parte da colheita é bem puxado (Felipe).

A colheita do fumo era feita manualmente, quebrando-se o talo das folhas e retirando-as do caule. As folhas arrancadas eram agrupadas e amarradas com fitas, formando os fardos, que eram posteriormente transportados até a estufa. Concomitante às atividades da colheita ocorria a secagem das folhas em estufa, por um período que varia de 5 a 7 dias para cada lote. Essa etapa exigia cuidado constante dos camponeses para alimentar a estufa com lenha em um intervalo médio de duas horas. A temperatura devia ser mantida para que a secagem fosse bem-sucedida, caso contrário a qualidade do fumo ficaria comprometida. Na maioria dos casos, há camas próximas às estufas, onde os camponeses passam a noite durante esse período de secagem. Em geral os membros da família se revezam nesse trabalho.

Após essa etapa, os camponeses iniciam a classificação das folhas. Seguindo os critérios estabelecidos pela Instrução Normativa Nº10 de 13 de abril de 2007, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o tabaco em folha é classificado em categorias, subcategorias, grupos, classes, subclasses e tipos, segundo os processos de cura e beneficiamento, modo de arrumação ou apresentação, comprimento, posição na planta, cor e qualidade (BRASIL, 2007). As famílias produtoras devem fazer uma classificação prévia. Nessa etapa as folhas são separadas e amarradas em maços formando as chamadas “bonecas”, que depois são agrupadas em fardos maiores para serem transportados até a empresa. Lá essa classificação é refeita por um funcionário especializado, o que faz da própria empresa a responsável por definir a classificação final do fumo entregue pelas famílias e o valor a ser pago por ele.

Nesse contexto a classificação é feita de acordo com os interesses das empresas, o que faz dessa etapa mais uma estratégia para exercerem o controle e a subordinação das famílias produtoras. Se o objetivo é aumentar a área de cultivo, as indústrias classificam bem o fumo, incentivando o aumento da produção e do número de produtores. Esse aspecto também é apontado por Etges (1991), que estudou as relações entre os camponeses e a indústria do fumo no Estado do Rio Grande do Sul. Para a autora é notório o acontecimento de vantagens momentâneas para os produtores quando há interesse das empresas em expandir a produção, como o aumento ou mesmo a fixação dos preços a serem pagos pelo fumo. Da mesma maneira, Silveira, Dornelles e Ferrari (2011) afirmam que em períodos de grande oferta de tabaco a tendência é de que as empresas pratiquem uma classificação mais rigorosa do produto entregue pelos agricultores, determinando a desvalorização da produção. Quando há uma oferta menor de tabaco, a classificação tende a ser menos rigorosa, favorecendo o pagamento de valores maiores aos agricultores. São as empresas, portanto, que definem, de acordo com seus interesses, o rigor a ser adotado na classificação. Os agricultores revelam esse aspecto em seus relatos:

O fumo um ano dá bem, dois ou três dá mal. (...) Se faltou fumo daí é uma loucura, o que eles pagam não vale, daí tudo é BO1⁴. Às vezes quando dá pedreira, dá granizo, dá peste, ou seca, essas coisa assim e o fumo dá pouco, daí é uma loucura (Valdir).

Nesse sistema, os camponeses acabam vendo-se obrigados a vender o fumo de acordo com a classificação feita pela empresa. Ocorre que no sistema de integração as famílias recebem sua renda principal anualmente, quando vendem o fumo, e próximo à época da venda da nova safra muitas delas estão quase sem dinheiro e com dívidas a pagar. Caso os produtores optem por não vender o fumo à empresa, eles devem arcar com os gastos do transporte da produção até a propriedade e passam a ser cobrados a saldar todas as dívidas que possuem com a empresa, resultantes do pacote adquirido para o cultivo e, muitas vezes, dos financiamentos que a empresa faz para a construção das estufas.

⁴ BO1 é o código que designa o fumo com melhor classificação.

Para Etges (1991) a definição do preço do fumo é o momento mais importante de toda a relação de subordinação. Através dos preços pagos aos produtores, todo o trabalho não remunerado é apropriado pela empresa. A esse respeito destacamos o baixo preço pago pelo fumo no Brasil em comparação com outros países. Segundo Bonato (2007), no Brasil o preço recebido pelo produtor é 4,5 vezes menor que nos Estados Unidos, 7,5 vezes menor que na Europa e 13,5 vezes menor que no Japão. Sendo as únicas conhecedoras da cadeia e não havendo mecanismos de controle sobre as empresas, elas adquirem um poder imensurável frente aos agricultores, utilizando-se de mecanismos diversos para controlar todo o processo da produção do tabaco (DESER, 2013b).

Toda essa exploração fica evidente ao nos depararmos com os dados acerca do lucro obtido pelos diferentes atores sociais na cadeia do tabaco. Com base em informações da Receita Federal e da Afubra, o Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais (DESER, 2013a) aponta que entre os anos de 2010 e 2012 ocorreu uma diminuição na margem bruta e líquida dos agricultores que produzem tabaco em 33% e do Estado, que arrecada com os impostos, em 23%, enquanto houve um aumento de 233% nessa margem para a indústria. Em 2012 a Souza Cruz, obteve um lucro líquido de R\$1,6 bilhão; a British American Tobacco de US\$24,5 milhões; a Philip Morris Internacional de US\$77,3 milhões; a Universal Leaf Tabacos apresentou lucro líquido de US\$100 milhões; a Alliance One de US\$29,4 milhões e a Japan Tobacco International de US\$31,8 milhões (DESER, 2013b). Enquanto isso, 37,9% das famílias fumicultoras tinham uma renda de até 2 salários mínimos (SM) mensais, que equivale em média à 0,5 SM/*per capita*; 33,9% tinham uma renda entre 2 e 4 SM, equivalente a aproximadamente 1 SM/*per capita*; e 28,3% declararam receber acima de 4 SM, que equivale em média a 1 SM/*per capita* ou mais (BONATO, 2007).

É notório que os maiores ganhos com a produção do tabaco não são os dos agricultores. Como aponta Etges (1991), o produtor não é remunerado nos níveis que o preço que o produto atinge no mercado permitiria. Isso demonstra um claro processo de transferência de renda do produtor para as empresas. Através do sistema de integração a indústria explora os trabalhadores, não pela venda da sua força de trabalho, mas pelo produto de seu trabalho que contém todo o trabalho não remunerado, apropriado pelo capitalista. É na possibilidade de comprar o fumo ao seu preço mais baixo possível, qual

seja, ao nível de sobrevivência dos produtores e reprodução dos meios de produção, que se situa a maior lucratividade do capital (OLIVEIRA, 2010). A indústria se apropria do excedente econômico gerado pelo agricultor. Esse processo de exploração é constatado pelos próprios agricultores:

Quando a gente trabalha de empregado a gente reclama: 'Não, eu fiz tantas hora a mais, eu quero receber por isso'. Quando a gente trabalha pra gente, a gente tá fazendo hora extra três vez no dia e não tá nem aí, tá achando que tá dando lucro. Na minha opinião os colono, os fumicultor, são explorado pela firma e ninguém se toca (Valdir).

Há aí um processo de subordinação da renda da terra ao capital industrial monopolista. Ou seja, a exploração da classe camponesa não ocorre de forma direta, através do assalariamento e, portanto, da extração da mais-valia. O que ocorre é a sujeição da renda da terra ao capital. Isso ocorre porque, como coloca Oliveira (1987; 2004), o desenvolvimento do modo de produção capitalista consiste em um movimento desigual e contraditório, o que permite que o próprio capital engendre e reproduza relações não capitalistas de produção. Isso faz com que nos deparemos com a existência no campo brasileiro, tanto de relações de trabalho especificamente capitalistas - o trabalho assalariado -, quanto de relações não-capitalistas. Há um conjunto de contradições que marcam o processo de desenvolvimento capitalista em nosso país, no qual sua expansão passa pelo predomínio do trabalho assalariado nas grandes e médias propriedades e do trabalho camponês nas pequenas propriedades. Resulta das contradições inerentes ao capital que a expansão do trabalho assalariado no campo traga consigo a expansão do trabalho camponês (OLIVEIRA, 1996).

Como analisa Martins (1981), não é necessário que as forças produtivas se desenvolvam em cada estabelecimento, seja ele agrícola ou industrial, a ponto de impor relações caracteristicamente capitalistas de produção, para que o capital estenda suas contradições aos diversos ramos da produção no campo e na cidade. Embora por certo esteja em curso o processo de expropriação de trabalhadores do campo com vistas a transformá-los em massa proletária, a sujeição desses trabalhadores ao capital também vem ocorrendo de outras formas. Por isso é possível afirmar que, embora a produção camponesa não se desenvolva sob a forma especificamente capitalista, ela está

submetida ao capital e contribui para manter as relações capitalistas de produção (ETGES, 1991).

Como coloca Oliveira (2010), a agricultura brasileira está, de um lado, subordinada à indústria e, de outro, aos proprietários de terra. Da mesma maneira, ora a circulação está subordinada à produção, ora a produção está subordinada à circulação. No caso da circulação subordinada à produção temos como exemplo a agroindústria açucareira, em que cada vez mais a mercadoria sai da produção com seu preço de venda estipulado. Trata-se aqui do processo de *territorialização do capital monopolista*. Nele, capitalista da indústria, capitalista da agricultura e proprietário de terras se fundem numa só pessoa/empresa. Para produzir, fazem uso do trabalho assalariado. Já a produção subordinada à circulação tem sido a prática recorrente do capital industrial e comercial no campo. “Estabelecendo o monopólio na circulação, o capital subjuga, de um lado, grandes e pequenos agricultores e, de outro, os consumidores, com seus preços monopolistas” (OLIVEIRA, 2010, p.23). Aqui temos o processo de *monopolização do território*.

Como coloca Martins,

Nestes casos, embora as grandes empresas não expropiem diretamente o lavrador, elas subjagam o produto do seu trabalho. Tem sido assim com grandes empresas de industrialização de leite, uva, carne, fumo, tomate, ervilha, laranja, frutas em geral. Na verdade, os lavradores passam a trabalhar para essas empresas nos chamados sistemas integrados, embora conservando a propriedade nominal da terra. Só que, nesse caso, a parcela principal dos ganhos fica com os capitalistas. [...] Na verdade, estamos diante de uma clara transferência de renda da pequena agricultura para o grande capital (1981, p.51).

Como coloca Martins (1981), o processo de monopolização do território é pontualmente o que ocorre na fumicultura brasileira, através do sistema de integração entre as indústrias fumageiras e as famílias camponesas que cultivam o tabaco. Como vemos, esse sistema serve, na verdade, à exploração dos trabalhadores em favor da maximização dos lucros das grandes multinacionais do fumo que dominam o mercado brasileiro. Nesse contexto a subordinação da renda da terra ao capital industrial ocorre em dois momentos distintos, como apontado por Oliveira (2010): o primeiro é aquele em que a indústria fornece insumos agrícolas ao camponês e o segundo é o da venda da produção agrícola à indústria. Ou seja, há um duplo movimento de subordinação que

ocorre primeiro pela circulação de insumos do setor industrial para o setor agrícola e, depois, pela circulação da matéria-prima do setor agrícola para o setor industrial. É assim que o sistema de integração define a posição subordinada dos agricultores no processo de produção e comercialização do fumo e é esse o contexto em que o trabalho camponês na fumicultura ocorre.

Na opinião de Felipe toda a organização do sistema de integração é um dos fatores que faz com que as famílias permaneçam na fumicultura.

É por isso que não acabou ainda, não acabou ainda porque a empresa é muito organizada. Desde a variedade do fumo que você vai usar, eles já verem se tem algum problema na tua área, eles falam qual variedade que vai melhor. O instrutor é o técnico que acompanha desde o começo até o fim, até a hora de venda. A questão de financiar a produção também. Às vezes você não tem dinheiro, eles financiam tua produção e depois você vai pagar com a tua própria produção. Na questão de manejo de agrotóxico, hoje tem que ter um curso da NR, eles ensinam as medida, essas coisa, tudo. Então eles dão muito apoio. Essa questão de organização que faz com que as pessoas fiquem. As pessoas têm uma segurança. Você sabe que tem ano que é boa a venda, tem ano que não é boa, tem ano que produz mais. Essa questão varia bastante, mas tem a segurança que você vai produzir, você vai vender. É difícil ver alguém que fique com fumo estocado. Eu na verdade nem lembro de ter visto isso. Você tem a venda garantida. Você tem contrato. Nós temo um contrato de 6.800 quilos, tá contratado. Se eu produzir, eles vão comprar (Felipe).

Na fala de Felipe aparecem outros dois pontos importantes, também destacados por outros camponeses: a assistência técnica fornecida pela empresa e a garantia da venda da produção. A assistência técnica aparece como um ponto de segurança importante para as famílias e, ao mesmo tempo, gera o que os camponeses chamam de “comodismo”.

O instrutor, se a gente tem uma dúvida, a gente liga pra ele, ele vem aí. E em outras cultura, vai plantar comida, onde que tem um instrutor, um técnico pra hora que você precisa? Não tem ninguém (Valdir).

Juliana: A gente é muito acomodado na verdade por causa que no fumo vem o instrutor e fala: olha, faz assim.

*Felipe: O insumo também, ele diz: vai tantas grama por pé.
Juliana: A gente recebe tudo muito pronto, sabe? O povo aqui tá desacostumado.*

A assistência técnica oferecida pelas integradoras acaba por transformar o agricultor em um mero executor das atividades necessárias à produção do tabaco, cerceando sua autonomia e mantendo-o dependente. Após anos de trabalho nesse sistema, os camponeses passam a ter dificuldades para fazer a gestão das atividades da propriedade e da produção agrícola resultante. O processo era pensado e organizado pelos instrutores, cabendo aos agricultores colocá-lo em prática. Vemos aí uma certa cisão entre as atividades de planejamento e execução, fenômeno marcante na organização do trabalho na sociedade capitalista. Cada trabalhador passa a realizar uma função específica, por um processo de divisão do trabalho que lhe é imposto, como já apontavam Marx e Engels (1846/2011).

Para Henrique o sistema de integração é um modo das empresas fumageiras manterem o produtor dependente:

Eu acho que é um jeito deles, eles conhecem tudo de adubo e de você plantar, é um jeito deles de amarrar o produtor. O produtor tá nas mão deles, vamos dizer. Eles forneceram adubo, forneceram semente, tudo, dão assistência técnica, na verdade você tá amarrado com eles. Fez o pedido, tem que cumprir (Henrique).

No contexto do sistema de integração, as relações que vão sendo estabelecidas entre a indústria e os trabalhadores nos revelam uma profunda transformação dos processos de trabalho no campo. Em um período anterior ao processo de modernização da agricultura, os camponeses desfrutavam de uma maior autonomia no que diz respeito à organização e gestão de seus processos de trabalho, estabelecendo, por exemplo, a ordem das atividades a serem executadas de acordo com suas necessidades e definindo o tipo e a quantidade de alimento a ser cultivado, se o destino final da produção seria o autoconsumo, a troca com outros agricultores ou a venda no mercado. Na fumicultura toda essa autonomia na organização das atividades e na gestão da produção acaba perdendo espaço, aspecto aprofundado pelo fato de ser a indústria a responsável por

definir o preço pago pelo fumo no final do processo. Ao ser questionado, durante a entrevista, a quem cabe o controle da produção, Henrique responde:

É a empresa. (...) Você faz tudo certinho, produz, mas quem controla o preço é eles. Na verdade você produz, o produto é teu, mas você não vende pelo que você quer (Henrique).

Os camponeses se percebem aí subjugados aos interesses da indústria fumageira, que lhes retira a autonomia e lhes aliena do próprio produto de seu trabalho. Mesmo possuindo a propriedade das terras e dos meios de produção, os agricultores estão, na realidade, submetidos à exploração da indústria capitalista, que se apropria da produção camponesa de acordo com as regras e parâmetros que ela mesma estabelece.

É na trama de todo esse conjunto de objetividades que o trabalho na fumicultura ocorre, sob as determinações do capitalismo, que ganham forma no modo como as relações entre a indústria e o campo vão sendo estabelecidas. Essa realidade objetiva constitui as bases sobre as quais estão assentes os sentidos que os camponeses conferem ao trabalho. Do contexto mesmo em que se encontram, os sentidos retiram a seiva que lhes constitui. Por isso, compreender o sentido do trabalho para os camponeses implica tomar conhecimento do contexto em que ele ocorre, tendo em conta a totalidade do processo produtivo no qual ele se realiza. Como lembra Giannotti (2013, p.63), “Não podemos, pois, perder de vista que o ato de trabalho se integra na totalidade do processo produtivo segundo a trama de outras determinações primárias: distribuição, troca e consumo. A trama categorial define a totalidade do processo”.

Os sentidos desvelados

O conceito de *sentido* foi introduzido na Psicologia Histórico-Cultural por Vygotski em sua obra *Pensamento e Linguagem* (1934/2014). Ao discutir as relações entre pensamento e palavra, o autor aborda a questão da linguagem interna, onde trata do sentido da palavra, afirmando que uma das características da linguagem interna é a preponderância do sentido da palavra sobre o seu significado. Partindo das colocações do psicólogo alemão Paulhan, Vygotski diferencia *sentido* de *significado*:

[...] o sentido da palavra é a soma de todos os eventos psicológicos evocados em nossa consciência graças à palavra.

Consequentemente, o sentido da palavra é sempre uma formação dinâmica, variável e complexa que possui várias zonas de diferente estabilidade. O significado é apenas uma dessas zonas do sentido, a mais estável, coerente e precisa. A palavra adquire seu sentido em seu contexto e, como se sabe, muda de sentido em contextos diferentes. Ao contrário, o significado permanece invariável e estável em todas as mudanças de sentido da palavra nos distintos contextos. [...] A palavra em sua singularidade tem apenas um significado. Mas este significado não é mais que uma potência que se realiza na linguagem viva e na qual este significado é apenas uma pedra no edifício do sentido (VYGOTSKI, 1934/2014, p.333, tradução nossa).

Na perspectiva vygotkiana, os significados são construções sociais relativamente estáveis, que revelam ideias e valores desenvolvidos em um contexto histórico e social. Eles são internalizados e transformados em sentidos, que, ao mesmo tempo em que são construções sociais e históricas (pois são constituídos a partir dos significados), são da ordem da singularidade. Os sentidos são mais diversificados e amplos, pois dizem respeito à maneira singular pela qual cada sujeito é afetado pelos significados e os apreende.

O sentido, nos diz Vygotski (1934/2014), procede do contexto e enriquece o significado da palavra. A palavra toma do contexto no qual se insere o seu conteúdo intelectual e afetivo, se impregna desse conteúdo e passa a significar mais ou menos do que significa fora do contexto: significa mais porque amplia o seu repertório de significado; e menos porque o contexto em questão limita o seu significado abstrato. “O sentido da palavra é um fenômeno complexo e móvel que, em certa medida, muda constantemente de uma consciência para outra e de uma situação para outra para a mesma consciência. Neste aspecto, o sentido da palavra é ilimitado” (p.333, tradução nossa). Além disso, destaca Vygotski, o sentido depende conjuntamente da interpretação de mundo de cada sujeito e da estrutura interna da personalidade. Assim é que os sentidos configuram-se como uma unidade dialética que abarca as determinações sociais que os significados comportam e, ao mesmo tempo, a singularidade que cada sujeito lhes confere.

Nos marcos dessa dialética, a realização das observações participantes e das entrevistas durante a pesquisa nos colocou diante de histórias de vida que, em toda a sua diversidade, resguardavam também pontos comuns entre si. Na singularidade que

constituía cada camponês e cada camponesa estavam também os traços compartilhados, as mesmas marcas de uma vida dedicada ao trabalho na fumicultura. Em nossas conversas com diferentes sujeitos, em diferentes momentos, algumas falas a respeito da fumicultura iam se repetindo, ganhavam eco em vozes diversas. Os discursos se aproximavam e iam nos revelando sentidos compartilhados. Ao perguntarmos aos camponeses o que o trabalho na fumicultura significava para eles, ou seja, qual era o seu sentido, as respostas giravam em torno de um núcleo comum: a obtenção de renda.

Renda (Penha).

É o nosso pão de cada dia (Valdir).

O principal é renda. Hoje o fumo é renda (Juliana).

A gente faz mais por causa da renda, porque se pudesse sair, ir pra uma outra atividade que desse renda igual o fumo... (Felipe).

Como vemos, para os camponeses o sentido do trabalho na fumicultura era a obtenção de renda. Há aí um claro processo de ruptura entre o *significado social* do trabalho – a satisfação das necessidades humanas e o próprio desenvolvimento do ser social – e o *sentido* que ele adquire para o trabalhador. O trabalho deixa de ser *trabalho concreto*, atividade de apropriação da natureza para a produção de valores de uso, e configura-se como *trabalho abstrato*, atividade de produção de mercadorias que expressa uma relação social fundada no capital e no dinheiro, cuja motivação está na troca e não na produção de um bem útil. Como nos lembra Santos Neto (2013), é sob o trabalho abstrato, que aparece aí como sinônimo de trabalho alienado e reificado, que se funda o capital, elemento fundamental de autorreprodução do sistema capitalista. Como colocam Oliveira e Bernardes (2017), no trabalho concreto o significado social e o sentido do trabalho para o trabalhador coincidem. Já no trabalho abstrato, o processo de trabalho torna-se uma atividade alienada e o sentido não coincide mais com o significado social da atividade. É o que vemos acontecer no caso dos trabalhadores que produzem fumo, cuja atividade de trabalho tem na base de seus motivos a produção de uma mercadoria para obtenção de renda.

Compreendemos que os *motivos* envolvidos na realização da atividade de trabalho merecem atenção especial na discussão a respeito da atribuição de sentidos. Vygotski (1933/1997) afirma que o sentido muda com o motivo e, por consequência, a explicação final está na motivação. Nesse mesmo sentido, Beatón (2017) aponta que a motivação está na base da produção de vivências, significados e sentidos atribuídos às experiências. Assim, compreendemos que para acessar os sentidos atribuídos é necessário conhecer também os motivos que estão aí implicados.

Estamos de acordo com as colocações de Leontiev (1978) quando o autor discute a relação entre os *motivos* e os *objetivos* da atividade no processo de atribuição de sentidos. Para Leontiev os *objetivos* são aqueles motivos que não se relacionam com o objeto da atividade, enquanto o verdadeiro *motivo* coincide com esse objeto. Tomando por base essas considerações, podemos afirmar que o trabalho na fumicultura era realizado por um objetivo, que era a obtenção de renda, e não pelo objeto mesmo dessa atividade, seu verdadeiro motivo – a produção de valores de uso para a satisfação das necessidades humanas. O trabalho, atividade vital do ser social, torna-se, então, mero meio de sobrevivência, os camponeses o vivenciam de maneira negativa e seu sentido fica restrito à renda que ele gera no final do processo com a venda da mercadoria produzida. O sentido do trabalho se torna alienado e alienante. O trabalhador se vê alienado de sua própria atividade e, como já colocara Marx (1844/2010), alienando-se da atividade que o humaniza, ele aliena-se de si mesmo e de sua espécie, do gênero humano.

Em outros trechos das entrevistas os camponeses reafirmam os sentidos do trabalho na fumicultura ligados à renda:

O fumo dá renda, por isso que tem tanta gente nisso e não sai, por causa de renda. O fumo ainda compensa você produzir com pouca área (Felipe).

É trabalhoso, mas ele dá uma renda (Juliana).

Eu acho que no nosso caso nós só pensava em fumo porque era a única coisa que dava renda (Valdir).

Antes eu pensava que só o fumo que dava dinheiro, que você não conseguia sobreviver (Penha).

Todo esse processo alienante em que se funda o trabalho tem implicações diretas sobre o próprio desenvolvimento humano. Em última instância, vão sendo restringidas as possibilidades de desenvolvimento de determinadas funções e processos psíquicos. Quando a base material da vida apresenta-se limitada, o desenvolvimento dos sujeitos que se encontram nesse contexto fica comprometido. É o que ocorre na sociedade capitalista, em que o trabalho e as relações sociais encontram-se alienados, limitando as possibilidades de apropriação da cultura historicamente produzida e de desenvolvimento das capacidades especificamente humanas nos sujeitos. Como afirma Beatón (2017, p.159),

Uma atividade alienada, um conjunto de ações ou operações que não se realizam pelo objeto da atividade, mas só e essencialmente por objetivos impostos, como o salário, obter boas classificações, chegar a ser uma pessoa importante e ganhar muito dinheiro, obter a fama esportiva ou fazer um livro para lucrar de múltiplas formas, constituídas por relações sociais também alienantes e incompletas, produzem vivências e sentidos alienantes e o desenvolvimento de conteúdos da consciência e a personalidade alienante [...].

Na medida em que os sentidos provêm do contexto em que se encontram, uma realidade objetiva que se constitui por atividades e relações alienadas favorece a geração de vivências e sentidos alienados. É preciso destacar que há uma importante relação existente entre os sentidos do trabalho e a vida do trabalhador. Como afirma Antunes (2006, p.173), “uma vida cheia de sentido *fora* do trabalho supõe uma vida dotada de sentido *dentro* do trabalho”. Como o sistema global do capital contemporâneo abrange também as esferas da vida fora do trabalho, em alguma medida, elas estão maculadas pela desefetivação que ocorre no interior da vida laborativa.

Submetidos à objetividade alienante que constitui o modo de produção capitalista e suas relações de imposição com o campesinato, os sentidos do trabalho para os camponeses revelavam-se alienados. Isso não ocorre de maneira mecânica e linear, mas constitui-se em um processo complexo e multideterminado de transformação do objetivo em subjetivo, no qual uma série de funções e processos psíquicos estão envolvidos, sempre atravessados pela maneira como o sujeito *vivencia* a realidade objetiva.

Cabe destacar que o conceito de *vivência* aparece como elemento fundamental na compreensão do processo de atribuição de sentidos e da própria formação do psiquismo humano. Vygotski define o conceito nos seguintes termos:

A vivência é uma unidade na qual, por um lado, de modo indivisível, o meio, aquilo que se vivencia está representado – a vivência sempre se liga àquilo que está localizado fora da pessoa – e, por outro lado, está representado como eu vivencio isso, ou seja, todas as particularidades da personalidade e todas as particularidades do meio são apresentadas na vivência, tanto aquilo que é retirado do meio, todos os elementos que possuem relação com dada personalidade, como aquilo que é retirado da personalidade, todos os traços de seu caráter, traços constitutivos que possuem relação com dado acontecimento. Dessa forma, na vivência, nós sempre lidamos com a união indivisível das particularidades da personalidade e das particularidades da situação representada na vivência (VIGOTSKI, 1935/2010, p.686, itálicos do autor).

Como afirma Beatón (2017), as influências do meio cultural e social chegam ao sujeito e produzem experiências, que são por ele vivenciadas a partir de todo o conteúdo subjetivo já formado e desenvolvido em seu psiquismo até aquele determinado momento. Como coloca Vygotski (1933/1996, p.383, tradução nossa), “A vivência determina de que modo um ou outro aspecto do meio influencia o desenvolvimento do sujeito [...] O essencial não é a situação por si mesma em seus índices absolutos, mas o modo como a criança vive tal situação”. Em outras palavras: “o mais essencial é renunciar aos índices absolutos do meio. (...)as forças do meio adquirem significado orientador graças às vivências da criança” (p.383, tradução nossa).

Por isso é preciso compreender e enfatizar que a relação entre um contexto objetivo limitado e as limitações do desenvolvimento subjetivo do sujeito não se configura como uma relação linear ou mecânica. Com base no conceito de vivência elaborado por Vygotski, podemos concluir que não é o meio que influi única e diretamente na formação do psiquismo. Todo o desenvolvimento psíquico implica que as experiências sejam vivenciadas pelo sujeito a partir do que ele já desenvolveu anteriormente em sua subjetividade. O processo pelo qual o objetivo torna-se subjetivo, o material transforma-se em ideal, não ocorre de forma mecânica. O sujeito não é

reflexo passivo do contexto social e cultural. A transformação do objetivo em subjetivo é fundamentalmente um processo ativo por parte do sujeito, através de sua vivência.

León e Calejon (2017) destacam que a vivência integra de maneira dinâmica o cognitivo e o afetivo, o externo e o interno, o biológico e o cultural, o interpessoal e o intrapessoal. As vivências englobam a dimensão afetiva da relação do sujeito com os acontecimentos e conferem a tonicidade afetivo-cognitiva à experiência que é atribuída de sentidos. Assim é que os sentidos nos revelam a base afetiva desta relação, os desejos, interesses e emoções dos sujeitos.

Pudemos localizar nos relatos dos trabalhadores entrevistados alguns traços dessa dimensão afetiva da relação com o trabalho. Nos trechos seguintes é possível notar que o trabalho na fumicultura era vivenciado com desprazer.

*Eu **nunca gostei** de plantar fumo, eu planto por obrigação. Porque não tem outra coisa. (...) Eu planto fumo por obrigação, **não gosto**. Eu vou **aborrecido, bravo**. Muitas vezes a gente distrai, brinca, mas quando a gente vê que o troço é sério e lembra que tem aquela conta pra pagar, tem que fazer aquilo, tem que produzir, às vez dá um **estresse** na gente. E daí você vai fazer uma coisa que **não tá gostando**, daí só piora (Valdir) (grifos nossos).*

*Não sei porque que nós plantamo fumo. Ia com uma **raiva** pra roça (Edinéia) (grifos nossos).*

*Quem trabalha no fumo, chegou o tempo de colheita, a cabeça se fecha naquilo. Não tem tempo pra mais nada, você se fecha naquilo. É um **estresse** sem tamanho. (...) Se for ver, vontade de plantar **não tem, o gosto de plantar** (Henrique) (grifos nossos).*

Buscamos destacar nas falas os trechos que expressam essa dimensão afetiva da vivência do trabalho na fumicultura e dos sentidos a ela atribuídos. Durante as entrevistas o “não gostar” da atividade aparece repetidas vezes na fala de Valdir e também na de Henrique, evidenciando que a atividade de trabalho era realizada com desprazer. Nesse contexto, aparecem também o “aborrecimento”, o “estresse” e o estar “bravo”. Edinéia também faz referência ao sentimento de “raiva”. É preciso destacar que em todas as conversas que tivemos com os camponeses que participaram da pesquisa, tanto nas entrevistas quanto no período de observação, não ouvimos relatos

que indicassem prazer ou satisfação em relação ao trabalho na fumicultura. Em seus relatos os camponeses nos denunciam a penosidade com que a atividade de trabalho era por eles vivenciada. Os afetos que atravessavam o trabalho lhes conferiam as marcas da insatisfação e da revolta. O trabalho, atividade que deve servir à humanização do trabalhador, transforma-se em fonte de sofrimento.

O tom afetivo conferido às vivências do trabalho e aos seus sentidos, denuncia que o trabalhador não mais se realiza nele: o trabalho já não humaniza mais, mas lhes serve apenas como mero meio de sobrevivência e aí mesmo reside seu sentido. Os trabalhadores do campo, cujas vidas se assentam sob as premissas do capitalismo, vão tecendo seus modos de existir objetiva e subjetivamente marcados pelas imposições da indústria do fumo, que lhes transforma em meros instrumentos da obtenção de seu lucro. Através do trabalho alienado, reifica-se o humano e humanizam-se as coisas. A consciência da alienação e dessa inversão que opera o capital ao colocar no centro as mercadorias que produz, ao mesmo tempo em que arremessa à margem o humano, era percebida e vivenciada pelos camponeses:

Henrique: Hoje o povo no interior é um povo alienado, porque vem tudo na casa: o trator, o insumo. A prosa de um vendedor de trator: “Faz pra dez ano. O trator é cem mil e faz em dez vez. Com pouquinhos quilos de fumo você paga”. E assim vai. O cara fica amarrado em plantar fumo esses dez ano por causa de um financiamento de um trator. Se torna uma bola de neve. O cara plantava vinte mil pé, trabalhava com os cavalo. Isso a gente sabe porque a gente já passou por isso. De vinte, nós tivemos que jogar pra sessenta, setenta, oitenta mil pé de fumo pra você ter o mesmo retorno. Você tem o trator, mas é uma coisa que... E ninguém abre o olho.

Valdir: Eu tava conversando com um plantador de soja esses dia e ele falou: “Não tem o que lide mais. Você planta soja um tempo e financia máquina. Você pensa que dali um tempo você vai tá tranquilo. Aí você tem que trocar aquela máquina porque ela tá quebrando e precisa pegar outra. Resumindo: a vida inteira trabalhando pra pagar um monte de ferro. Você morre e fica aqueles ferro lá, enferrujado”.

A história desses camponeses é a mesma de muitos trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade que veem suas vidas serem absorvidas pelo capital e transferidas

às mercadorias que eles mesmos devem comprar, num constante ciclo de submissão e exploração que os arranca de si mesmos e da humanidade que lhes constitui. O trabalho que estrutura o capital destrutura o ser social e gera, como afirma Antunes (2011), uma subjetividade inautêntica no próprio ato de trabalho.

Considerações finais

Na discussão apresentada tivemos como tema central os sentidos atribuídos ao trabalho por camponeses que produzem tabaco. Os dados coletados através da observação participante e da realização de entrevistas com trabalhadores produtores de tabaco evidenciaram que, nesse contexto, o sentido do trabalho para os camponeses fica restrito à obtenção de renda que lhes garante a sobrevivência. Os sentidos do trabalho não coincidem com o seu significado social: a satisfação das necessidades humanas e o próprio desenvolvimento do ser social. O trabalho configura-se como trabalho abstrato e passa a ser fonte de sofrimento, carrega as marcas da exploração que arranca o humano do domínio de si mesmo, de sua atividade e de sua vida. Nos marcos do capitalismo e das relações estabelecidas entre a indústria e o campo, o trabalho na fumicultura aparece como atividade alienada e alienante, revelando as facetas da submissão do trabalho camponês ao capital.

A respeito do processo de atribuição de sentidos, é preciso ter em vista que ele envolve uma série de funções psicológicas que funcionam, como buscara enfatizar Vygotski em sua obra, em um sistema complexo através do qual se interconstituem. Todo esse sistema, que vai sendo internalizado e subjetivado no sujeito em um processo constante através das vivências, tem suas fontes na objetividade, tem no real suas determinações. “Cada forma historicamente definida de produção material tem sua forma correspondente de produção espiritual, e isto, por sua vez, significa que o psiquismo humano – que é o instrumento direto dessa produção intelectual – adquire uma forma específica a cada estágio determinado do desenvolvimento” (VYGOTSKI, 1930, p.3).

Quando as bases materiais de uma dada sociedade encontram-se alienadas, o desenvolvimento livre do pleno potencial humano fica impossibilitado. Como coloca Vygotski (1930, p.2), “as várias contradições internas, as quais se encontram nos diferentes sistemas sociais, encontram sua expressão acabada tanto no tipo de

personalidade, quanto na estrutura do psiquismo humano de um período histórico determinado”. Concordamos com o autor ao afirmar que o avanço do capitalismo trouxe consigo a divisão progressiva do trabalho e o crescente desenvolvimento distorcido do potencial humano (ibid.). A superação dessa condição só é possível a partir da superação do próprio modo de produção capitalista. As possibilidades de um resgate do verdadeiro sentido do trabalho estão diretamente ligadas à efetivação de uma nova forma de sociabilidade. Como coloca Antunes (2011), o resgate verdadeiro do sentido estruturante do trabalho vivo implica no exercício do trabalho autônomo.

Embora esse não tenha sido o foco da discussão aqui proposta, cabe destacar que esse exercício mais autônomo do trabalho vinha sendo colocado em prática pelas famílias participantes da pesquisa ao buscarem diversificar sua produção para a agricultura agroecológica. A diversificação agroecológica vinha lhes possibilitando, no interior do próprio sistema capitalista, o arrefecimento das condições de submissão e alienação, temática que pretendemos discutir de maneira mais aprofundada em outras produções.

Por fim, cabe destacarmos a necessidade da ampliação de estudos psicológicos acerca da população camponesa, visto que até o momento a Psicologia tem se voltado majoritariamente para as questões urbanas. É preciso conhecer as necessidades reais dos trabalhadores e trabalhadoras do campo para que, assim, a Psicologia, enraizada em um compromisso ético e político com essa população, possa contribuir com a transformação das condições que a oprimem enquanto classe social. Esperamos, a partir da realização de nosso estudo, ter contribuído com tal tarefa, bem como com os necessários avanços na compreensão do processo de atribuição de sentidos e do trabalho no campesinato.

Referências

ANTUNES, R. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2011.

ASSOCIAÇÃO DOS FUMICULTORES DO BRASIL – AFUBRA. **Fumicultura no Brasil**. 2016. Disponível em: <http://www.afubra.com.br/fumicultura-brasil.html>. Acesso em: 13 jun. 2017.

_____. 2017. Disponível em: <http://www.afubra.com.br/fumicultura-brasil.html>. Acesso em: 6 mar. 2018.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2006.

BEATÓN, G.A. Vivência, atribuição de sentido e subjetivação da atividade, a comunicação e relações sociais. In: BERNARDES, M.E.M.; BEATÓN, G.A. (Orgs.) **Trabalho, educação e lazer: contribuições do enfoque Histórico-Cultural para o desenvolvimento humano**. São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades, 2017. p.143-214.

BOMBARDI, L.M. O papel da Geografia Agrária no debate teórico sobre os conceitos de camponato e agricultura familiar. **Espaço e Tempo**, n.14, p.107-117, 2003.

BONATO, A.A. **A fumicultura no Brasil e a Convenção-Quadro para Controle do Tabaco**. 2007. Disponível em: <http://www.deser.org.br/pub_read.asp?id=109>. Acesso em: 10 ago. 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Instrução Normativa Nº10 de 13 de abril de 2007**. Disponível em: <http://www.cidasc.sc.gov.br/classificacao/files/2012/08/INM00000010.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2017.

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS RURAIS – DESER. **De olho no mundo do tabaco: consumo em queda, produção em alta!** 2013a. Disponível em: <http://www.deser.org.br/documentos/imagem/Tabaco%20no%20Brasil.pdf> Acesso em: 21 nov. 2016.

_____. **De olho no mundo do tabaco: informações atualizadas do mundo do tabaco**. 2013b. Disponível em: <http://www.deser.org.br/documentos/imagem/revista-visualizar.pdf> Acesso em: 23 ago. 2015.

ETGES, V.E. **Sujeição e resistência: os camponeses gaúchos e a indústria do fumo**. Santa Cruz do Sul: FISC, 1991.

GIANNOTTI, J.A. Considerações sobre o método. In: K. Marx. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013. p.59-73.

GONÇALVES FILHO, J.M. Problemas de método em Psicologia Social: algumas notas sobre a humilhação política e o pesquisador participante. In: BOCK, A.M.B. (Org.). **Psicologia e compromisso social**. São Paulo: Cortez, 2003.

KOSISK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LEÓN, G.F.; CALEJON, L.M.C.. Vivência, situação social do desenvolvimento e práxis. In: M.E.M. BERNARDES; G.A. BEATÓN (Orgs.) **Trabalho, educação e lazer: contribuições do enfoque Histórico-Cultural para o desenvolvimento humano**. São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades, 2017. p.123-142.

LEONTIEV, A.N. **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

LUKÁCS, G. **Introdução a uma estética marxista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

_____. **Ontologia do ser social**. São Paulo: Livraria Ciências Humanas, 1979.

MARQUES, M.I.M. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA**, n.12, p.57-67, 2008.

MARTINS, J.S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010. (Obra original publicada em 1844).

_____. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013. (Obra original publicada em 1867).

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2011. (Obra original publicada em 1846).

OLIVEIRA, A.U. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1996.

_____. Agricultura e indústria no Brasil. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, v.5, n.10, p.5-64, 2010.

_____. Geografia Agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, A.U.; MARQUES, M.I.M. (Orgs.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa Amarela; Paz e Terra, 2004.

_____. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Atica, 1987.

OLIVEIRA, S.M.; BERNARDES, M.E.M. O trabalho e o lazer como unidade dialética no processo de emancipação. In: M.E.M. BERNARDES; G.A. BEATÓN (Orgs.) **Trabalho, educação e lazer: contribuições do enfoque Histórico-Cultural para o desenvolvimento humano**. São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades, 2017. p.45-84.

PASQUALINI, J.C.; MARTINS, L.M. Dialética singular-particular-universal: implicações do método materialista dialético para a Psicologia. **Psicologia & Sociedade**, v. 27, n. 2, p. 362-371, 2015.

SANTOS NETO, A.B. **Trabalho e tempo de trabalho na perspectiva marxiana**. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

SILVEIRA, R.L.L.; DORNELLES, M. & FERRARI, S. Expansão da cultura do tabaco no sul do Brasil: características, mudanças e persistências na produção de tabaco e nos usos do território. **Biblio 3w**. Barcelona, v.17, n.1, p.1-24, 2011.

VIGOTSKI, L.S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

_____. Quarta aula: a questão do meio na pedologia. Tradução: M.P. Vinha. **Psicologia USP**, São Paulo, v.21, n.4, p.681-701, 2010. (Texto original de 1935).

VYGOTSKI, L.S. **A transformação socialista do homem**. Tradução de BARROS, R.D.S. 1930. Disponível em: <https://docs.google.com/document/d/1k9RuKbyvjPAKrHm-789unBVvtHH0GyAHdxKgOnwpcss/edit?pli=1> Acesso em: 17 ago. 2017.

_____. La crisis de los siete años. In: **Obras Escogidas – Tomo IV**. Madrid: Editorial Aprendizaje/Visor, 1996. (Obra original publicada em 1933).

_____. El problema de la conciencia. In: **Obras Escogidas – Tomo I**. Madrid: Editorial Aprendizaje/Visor, 1997. (Obra original publicada em 1933).

_____. Pensamiento y lenguaje. In: **Obras Escogidas – II**. Madrid: Antonio Machado Libros, 2014. (Obra original publicada em 1934).

Recebido em 5/11/2018.

Aceito em 5/12/2018.

Sobre os autores e contato:

Marcela Pereira Rosa - Doutoranda em Psicologia Social e do Trabalho no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Endereço para correspondência: Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Av. Prof. Mello Moraes, 1721 – Bloco A – Salas 103 e 105 CEP 05508-030 – Cidade Universitária, São Paulo – Brasil. Telefone: (11)3091-4184.
E-mail: marcela.pereirar@gmail.com

Bernardo Parodi Svartman - Docente do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.
E-mail: bernardo@usp.br